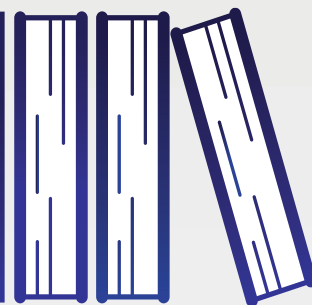


Policiamento escolar em comunidade ribeirinha: estudo de viabilidade para implementação na Ilha de Cotijuba, Belém, Pará, Brasil

Ariel Dourado Sampaio Martins de Barros¹, Antonio Rodrigues da Silva Júnior², Gabriel Palombo³, Simone Franceska Pinheiro das Chagas Jacques⁴, Manoel Juarez de Sousa Weiss⁵



¹ Coronel da Polícia Militar do Pará; Bacharel em Direito pela Faculdade Ideal (2009); Especialista em Gestão e Segurança Ambiental (IESP).

arielsampaio@hotmail.com

ORCID: 0009-0006-7137-5776

² Sargento da Polícia Militar do Pará; Doutorando em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM/UFPA).

silvajuniorgo@yahoo.com.br

ORCID: 0000-0002-5174-3969

³ Tenente da Polícia Militar do Pará; Especialista em Defesa Social e Cidadania (IESP).

gabrielcarzapalombo@gmail.com

ORCID: 0009-0000-7865-4213

⁴ Tenente-Coronel da Polícia Militar do Pará; Doutora em Geografia (PPGEO/UFPA).

professora.franceska@gmail.com

ORCID: 0000-0001-7084-4792

⁵ Soldado da Polícia Militar do Pará; Bacharel em Direito (UNAMA).

Manosousaweiss@gmail.com

ORCID: 0009-0001-9482-5833

RESUMO

O trabalho versa sobre a viabilidade de implementar ações preventivas do Batalhão de Policiamento Escolar, através do projeto “Policiamento Escolar em Comunidade Ribeirinha”, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Marta da Conceição, localizada na Ilha de Cotijuba, Município de Belém no Estado do Pará, com objetivo de proporcionar maior segurança e fluidez ao processo de ensino-aprendizagem dos docentes e discentes da escola. Para tanto, utiliza-se a “Teoria social do espaço” de Milton Santos, em especial as obras *Metamorfoses do Espaço Habitado* (2014) e *A Natureza do Espaço* (2020), visando analisar as relações de poder constituídas entre os agentes territoriais que produzem violência e criminalidade na ilha. Adotou-se a abordagem do tipo exploratória quantitativa, inerente à revisão literária e levantamento de dados primários por meio da aplicação de questionário e entrevista semiestruturada a discentes e gestor, respectivamente. Os resultados demonstram aceitabilidade para a implementação do projeto, dada a vulnerabilidade da comunidade estudantil frente à conjuntura de criminalidade da ilha, bem como se configura como uma alternativa que preenche a lacuna premente no contexto de integração interinstitucional e de esforços mútuos em benefício da educação no Estado do Pará.

Palavras-chave: Violência; Poder; Ações Preventivas; Educação.

ABSTRACT

This work discusses the feasibility of implementing preventive actions by the School Policing Battalion through the project “School Policing in Riverside Communities” at the Teacher Marta da Conceição State Elementary and High School, located on Cotijuba Island in Belém, Pará. The objective is to provide greater security and fluidity to the teaching-learning process of teachers and students at the school. Milton Santos’ “Social Theory of Space,” particularly the works *Metamorphoses of Inhabited Space* (2014) and *The Nature of Space* (2020), is used to analyze the power relations established between territorial agents that produce violence and crime on the island. An exploratory quantitative and qualitative approach was adopted, including a literature review and the collection of primary data through the application of questionnaires and semi-structured interviews with students and the school principal. The results demonstrate the acceptability of implementing the project, given the vulnerability of the student community in the face of the island’s

crime situation. It also represents an alternative that addresses the urgent gap in the context of inter-institutional integration and mutual efforts for the benefit of education in the State of Pará.

Keywords: Violence; Power; Preventive Actions; Education.

RESUMEN

El trabajo aborda la viabilidad de implementar acciones preventivas por parte del Batallón de Vigilancia Escolar, a través del proyecto “Vigilancia Escolar en la comunidad ribereña”, en la Escuela Estatal de Educación Básica y Secundaria Profesora Marta da Conceição, localizada en la Isla de Cotijuba, Municipio de Belém en el Estado de Pará, con el objetivo de proporcionar mayor seguridad y fluidez al proceso de enseñanza-aprendizaje de profesores y estudiantes de la escuela. Para ello, se utilizó la “Teoría social del espacio” de Milton Santos, en especial las obras “Metamorfosis del Espacio Habitado” (2014) y “La Naturaleza del Espacio” (2020), para intentar analizar las relaciones de poder que se constituyen entre los agentes territoriales que producen violencia y criminalidad en la isla. Se adoptó el enfoque de pesquisa tipo exploratoria quanticualitativa, atinente a la revisión literaria y la enumeración de datos primarios por medio de la aplicación de cuestionario y entrevista semiestructurada a los alumnos y el gestor, respectivamente. Los resultados demuestran la aceptabilidad para la implementación del proyecto, dada la vulnerabilidad de la comunidad estudiantil frente a la conjuntura de criminalidad de la isla, así como se configura como una alternativa que rellena el angustioso vacío en el contexto de integración interinstitucional y de esfuerzos mutuos en beneficio de la educación en el Estado de Pará.

Palabras Clave: Violencia; Poder; Acciones Preventivas; Educación.

1 INTRODUÇÃO

A violência e a criminalidade em escolas públicas no Brasil, em particular no Estado do Pará, representam uma realidade preocupante para o processo de ensino-aprendizagem de docentes e discentes, assim como um desafio para o sistema de segurança pública em constituir ações preventivas para garantir um ambiente escolar propício à educação.

Dentre os órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará está a Polícia Militar do Pará (PMPA), órgão ao qual pertence a Companhia Independente de Policiamento Escolar (CIPOE). Esta foi criada pela Portaria nº. 21, de 28 de fevereiro de 1991, que foi transformada em Decreto, sob o nº. 131, em 13 de março de 1991. Em 2023, a CIPOE foi elevada à categoria de Batalhão de Policiamento Escolar (BPOE) por meio da Lei Complementar nº. 165, de 28 de abril de 2023. Esta unidade especializada tem atuado nos principais municípios da Região Metropolitana de Belém, por meio de um plano estratégico de policiamento escolar. A partir do qual realiza-se ações preventivas por meio de rondas, visitas técnicas de segurança, operações específicas e palestras temáticas com o objetivo de garantir que os docentes e discentes desenvolvam suas atividades educacionais com segurança.

Essas ações são bem-vistas pela comunidade estudantil, professores e responsáveis diretos, uma vez que além de proporcionar maior segurança nas escolas públicas, também possibilita maior proximidade na relação Polícia Militar-sociedade, desconstruindo antigos paradigmas atribuídos às ações policiais, bem como busca fortalecer uma simetria entre ambos. Contudo, essa modalidade de policiamento ainda se concentra nos centros urbanos das Cidades de Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides, deixando de assistir outras localidades que também vivenciam da mesma complexidade social no ambiente escolar, como é o caso da

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Marta da Conceição localizada na Ilha de Cotijuba, no Município de Belém.

A Ilha de Cotijuba é uma extensão territorial do município de Belém desde 1988, reconhecida pela Constituição Federal de 1988. Como o processo histórico-geográfico de “produção do espaço social” (Santos, 2014; 2020), sobretudo após a desativação da penitenciária que existia na ilha e a implantação da linha fluvial, passou a ser muito frequentada por visitantes por conta de suas belezas naturais, pela proximidade com a Capital Belém e por suas arquiteturas históricas que retratam uma peculiaridade do processo de ocupação da Amazônia (Pereira, 2019). Essa dinâmica do uso do território resultou numa significativa mudança no espaço social da região. Inicialmente habitada por 637 pessoas em 1991 (IBGE, 1991), a ilha experimentou um rápido crescimento populacional, atingindo 3.365 habitantes no ano de 2010 (Belém, 2012) e estimados 9.000 em 2020 (Brito *et al.*, 2020). Esta expansão trouxe uma complexidade social que refletiu no aumento da criminalidade e da violência e atingiu o ambiente escolar.

Por se tratar de uma ilha, a complexa dinâmica social e econômica impõe desafios únicos à Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Marta da Conceição, em especial aqueles inerentes à violência e criminalidade. Tais desafios instigaram os autores do presente trabalho, que integram o efetivo da Polícia Militar do Estado do Pará, a analisar a viabilidade de implementar um projeto de policiamento escolar, cujas ações visam considerar as especificidades da realidade local para proporcionar um ambiente escolar mais seguro e produtivo.

Buscou-se na “Teoria Social do Espaço” de Milton Santos, sobretudo através de suas obras *Metamorfoses do Espaço Habitado* (2014) e *A Natureza do Espaço* (2020), fundamentação teórica com vistas a enxergar de que forma os vetores produzidos pelas intencionalidades dos agentes territoriais passam a influenciar as relações sociais no âmbito da psicosfera, ou seja, na construção de uma racionalidade negativa, onde os adolescentes e jovens passam a enxergar na criminalidade uma oportunidade mais interessante para conseguir os “objetos” ditos modernos. Consubstancia essa teoria, a abordagem exploratória quantiquantitativa foi realizada por meio da revisão literária e documental e da coleta de dados *in loco*, mediante aplicação de questionário de perguntas junto aos alunos da escola e de uma entrevista semiestruturada realizada com a gestora da escola.

Este artigo ganha relevância no contexto da educação no Estado do Pará, pois traz para o debate científico não somente a problemática da violência e criminalidade, que afeta o ambiente escolar em uma localidade peculiar dos povos amazônidas, mas, principalmente por propor uma alternativa de ação integrada com objetivos mútuos, agregando esforços para que o ambiente escolar seja sempre propício ao processo de ensino-aprendizagem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TEORIA SOCIAL DO ESPAÇO E SUAS CORRELAÇÕES COM O TERRITÓRIO DA “ILHA DE COTIJUBA”

A terminologia “Espaço” nesse artigo não se refere a uma visão do senso comum que o reduz a uma definição enquanto área, como um termo banalizado que não exprime maiores reflexões acerca da compreensão do todo social, tampouco foi utilizado em um contexto meramente disciplinar, embora seja uma categoria essencial e muito peculiar da ciência geográfica. O termo espaço, nesse texto, é retratado como categoria maior e antecessora da categoria “Território”, que metodologicamente exprime de maneira coerente as ações dos agentes territoriais envolvidos com a criminalidade. Todavia, não há de se falar de território sem antes entender minimamente o que é o espaço e como essas categorias se complementam.

Nesse sentido, o espaço a quem estamos nos referindo é o “Espaço Social”, tributário da obra de Milton Santos, em especial a *Metamorfoses do Espaço Habitado* (2014) e *A Natureza do Espaço* (2020), aquele que é anterior à ideia de território e compreende a produção e condição da ação humana, onde só faz sentido falar de sua conceituação quando ela se associa às relações sociais e ao conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema complexo em constante interação que o configura, reconfigura.

Ao apresentar uma breve discussão da teoria social do espaço miltoniana e sua correlação com a dinâmica territorial da Ilha de Cotijuba, pretende-se abstrair como as relações sociais de poder são constituídas e como os agentes territoriais ligados à criminalidade influenciam no cotidiano do lugar. Simultaneamente, busca destacar as potencialidades culturais do lugar que “é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (Santos, 2020, p. 339) como forma de resistência a essa dominação.

Partindo dessa premissa, o espaço é uma categoria de análise que busca por meio de uma visão ativa, compreender como as formas e conteúdos se constituem em ações carregadas de intencionalidades que mostram a realidade social. Para Santos (2014), o espaço é uma instância social e como tal, é constituído pela união indissolúvel de um sistema de objetos e sistemas de ações intermediados pela técnica que se reinventa ou se metamorfoseia no tempo-espaço em escala global/local condicionando, produzindo e reproduzindo uma configuração territorial mediada por relações de poder.

O autor se reporta ao espaço enquanto um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que interagem entre si, para apresentar os elementos essenciais à compreensão das intencionalidades sociais no tempo-espaço e sua dinâmica de transformação, uma vez que o aprimoramento técnico e a qualidade dos objetos, bem como sua funcionalidade requerem habilidades construtivas que são inerentes às ações do saber/fazer em escala global/local.

Para Nahum (2019) essas intenções sociais quando desconsideram a dimensão espacial e concebe o espaço somente enquanto área, que contém potencialidades e/ou recurso para a reprodução ampliada do capital, ignora o território como quadro da vida. De acordo com Santos (2020, p. 63) “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Nesse sentido, a configuração socioespacial é condicionada pelo uso técnico, científico e informacional do território, cujo emprego de objetos e de ações que ocorrem de maneira sistemática promovem níveis diferenciais de classes e relações sociais. Há, portanto, uma junção do espaço-território constituída, substancialmente, por relações de poder estabelecidas e intrínsecas aos interesses econômicos dos agentes territoriais. Neste caso em especial, os envolvidos com ações criminosas. Essas relações sociais de forças e vetores, ou seja, de poder que interagem entre si e (re)configuram o espaço-território, sobretudo aqueles insuficientemente assistidos pelo Estado, demonstram como o crime cria territorialidades e geram implicações diretas no cotidiano da sociedade.

A Ilha de Cotijuba é um espaço-território e como tal apresenta toda essa configuração, seja do ponto de vista político, econômico, cultural, ambiental e principalmente o social. Silva (2021) destaca o processo de ocupação de Cotijuba como o principal vetor da dinâmica de produção territorial. Segundo o autor, a ilha que abrigava os indígenas Tupinambás, a partir do século XVIII, passou a ter novas dinâmicas, como uma área estratégica para proteção política e militar durante a Revolução Cabana no século XIX, uma colônia reformatória para receber pequenos infratores, que mais adiante tornara da ilha um presídio, como um processo de urba-

nização por meio da concessão de lotes de terras a diversas famílias, que implicou na ocupação desordenada do território, e por fim, a dinâmica de exploração do potencial turístico da ilha.

Para além do insuficiente poder do Estado, inerente à segurança pública, é fundamental, então, entender que os arranjos da criminalidade se espalham no espaço-território por encontrar atributos sociais de vulnerabilidade, que não necessariamente estão relacionados somente a essa perspectiva política, mas, sobretudo do ponto de vista histórico-geográfico da ilha, bem como de sua localização estratégica para a realização de ações ilícitas, em especial o tráfico de drogas em suas múltiplas etapas (transporte, armazenamento, comércio).

Essa complexidade do espaço-território é construída por vetores carregados de intencionalidades, desenvolvidos por agentes territoriais que passam a estabelecer relações de poder para controlar a população e realizar suas atividades ilícitas. No âmbito da psicosfera, a nossa relação com esse espaço traz uma série de consequências, se pensarmos o quanto somos atingidos e influenciados por esse conjunto de objetos e ações, a partir de uma racionalidade, que a larga escala atinge a educação, ou seja, de jovens enxergarem na criminalidade uma oportunidade mais interessante que a educação para conseguir os “objetos”. Portanto, as relações de poder que dinamizam o território, entendido como palco da ação humana sob o espaço encontram na vulnerabilidade social da Ilha de Cotijuba, um cenário propício para o estabelecimento de práticas criminosas que comprometem até mesmo o ambiente escolar.

2.2 O POLICIAMENTO ESCOLAR DO BPOE

As escolas refletem os problemas sociais mais amplos, como violência e criminalidade, que são focos prioritários do Batalhão de Policiamento Escolar (BPOE) do Pará, buscando assegurar um ambiente de aprendizagem protegido, tendo em vista que, de acordo com Abramovay (2002), a gestão inadequada desses desafios compromete seriamente o bem-estar estudantil.

Alinhando-se ao artigo 205 da Constituição Federal de 1988 bem como ao artigo 1º, § 2º e o artigo 2º da Lei nº. 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), o BPOE se dedica à prevenção criminal, inclusão social e respeito aos direitos humanos. Este compromisso se estende às comunidades ribeirinhas, onde se observa a necessidade de uma atuação policial adaptada às suas características culturais e ambientais específicas. Para este fim, o Batalhão de Policiamento Escolar conjuga o policiamento ostensivo e a especialização de seu efetivo, destacando o Plano de Segurança Escolar, e empregando uma série de operações estratégicas como Raio Escolar, a Volta às Aulas, a Guardiões, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) e o Ciclo de Palestras.

O Plano de Segurança Escolar adota uma abordagem baseada na proposta de Hosotani (1992) com ênfase no ciclo de Planejar, Fazer, Verificar e Agir (PDCA) e focando no mapeamento de vulnerabilidades na infraestrutura escolar para identificar riscos. Esse levantamento fundamenta reuniões e palestras com a comunidade escolar, realçando os pontos frágeis e a necessidade de uma visão abrangente sobre segurança. Esta estratégia, alinhada com as ideias de Mira e Pauly (2015), enfatiza a colaboração entre a polícia e a comunidade para a segurança escolar.

A operação Raio Escolar foca na intensificação de rondas escolares nas áreas de maior vulnerabilidade, utilizando o policiamento ostensivo orientado defendido por Goldstein (1990). Essas rondas são projetadas para monitorar ativamente a escola e suas imediações, prevenindo atos infracionais e mantendo a segurança dos alunos e funcionários. Além disso, Pontos Base Estacionários (PBE's) são realizados nos horários de maior fluxo de pessoas, contribuindo significativamente para a sensação de segurança escolar.

Por sua vez, a Operação Volta às Aulas, focada no início de cada período letivo, adota uma abordagem colaborativa e preventiva, engajando escolas em rondas e diálogos preven-

tivos no perímetro escolar. Esta estratégia, baseada no policiamento comunitário proposto por Batitucci (2011), promove a interação entre polícia e comunidade escolar, visando à conscientização e prevenção, e contrariando a ideia de uma presença policial intimidadora, como discutido por Bento (2017).

Já a Operação Guardiões, voltada para as instituições de ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA), enfatiza a segurança durante o período noturno, focando na prevenção de ilícitos como furtos e vandalismos. Esta operação é notável pela sua adaptação específica ao turno da noite, um período com maior incidência de atividades ilícitas, exigindo uma vigilância e atuação policial mais intensificada.

O BPOE também executa as ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, com ênfase na prevenção e no fortalecimento dos estudantes. Este programa, no contexto de sua implementação pela Polícia Militar do Pará, desenvolve habilidades essenciais nos alunos para resistir às pressões sociais que podem conduzir ao uso de drogas e à violência (Lima, 2013).

Por outro lado, o Ciclo de Palestras do BPOE representa uma estratégia especializada e flexível, crucial para a educação preventiva e a criação de um ambiente escolar seguro. Esta iniciativa, em resposta às necessidades identificadas pelas escolas e observações policiais, aborda de maneira proativa temas como indisciplina, conflitos estudantis, *bullying*, ausência de acompanhamento familiar e o uso de drogas.

Finalmente, o Batalhão de Policiamento Escolar da Polícia Militar do Pará conta com o Manual de Ações Policiais Militares em Ambiente Escolar, uma ferramenta extremamente importante para a execução de suas operações, conforme elaborada pela PMPA (Pará, 2023). Além de padronizar as práticas policiais em ambientes escolares, este manual atua como uma diretriz abrangente para atender às peculiaridades das comunidades escolares, reforçando a colaboração entre a polícia e a comunidade escolar para criar um ambiente de confiança e respeito mútuo, uma necessidade enfatizada por Costa (2017).

No que tange ao contexto das comunidades ribeirinhas, com desafios únicos devido às características geográficas e sociais específicas, a integração das operações já consolidadas pelo BPOE, e um efetivo policial especializado e capacitado com as orientações do manual podem oferecer uma alternativa que perfeitamente se adequem a realidade local, por meio de um policiamento escolar de proximidade e aceitável, que efetivamente promova o autorreconhecimento e o fortalecimento racional dos alunos.

3 METODOLOGIA

Por se tratar de uma pesquisa que busca traçar um prognóstico social dos alunos da Escola Pública Professora Marta da Conceição, na Ilha de Cotijuba, para fins de identificar a viabilidade de implantação do projeto de policiamento escolar, optou-se por adotar a pesquisa exploratória, concernente ao levantamento à revisão literária em livros, artigos científicos, dissertações e ordenamentos jurídicos legais, em função do problema que motivou a investigação, com vistas à proporcionar maior familiaridade e formulação, bem como por produzir informações que possibilitam futuras pesquisas práticas a partir de problemas reais (Gil, 2002), subsidiado pelo aporte da teoria social do espaço de Milton Santos, através de suas obras "Metamorfoses do Espaço Habitado" (2014) e "A Natureza do Espaço" (2020).

A pesquisa exploratória tem como principal finalidade apresentar uma abordagem conceitual que possibilite a formulação de novas concepções e esclarecimentos precisos acerca de problemas e hipóteses pesquisáveis, proporcionando uma visão mais ampla e, ao mesmo

tempo, aproximativa do objeto de estudo, tornando-se passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados (Gil, 2002).

A consubstancia das informações e dos dados levantados pela pesquisa exploratória, à obtenção de dados primários construídos a partir da aplicação de questionário a um universo amostral de 191 discentes, contendo 25 perguntas objetivas e abertas a complemento subjetivo, construídas com o propósito de agregar maiores informações inerentes à problemática da violência escolar na Ilha de Cotijuba, bem como de identificar potenciais de resistência às insustentabilidades sociais.

Outro procedimento metodológico realizado foi a entrevista semiestruturada com a gestora da escola, a fim de constatar a percepção da educadora sobre a proposta de implementação do projeto “Policiamento escolar em comunidade ribeirinha”. Para Gil (2002) o questionário é uma técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas a partir do ponto de vista dos pesquisados.

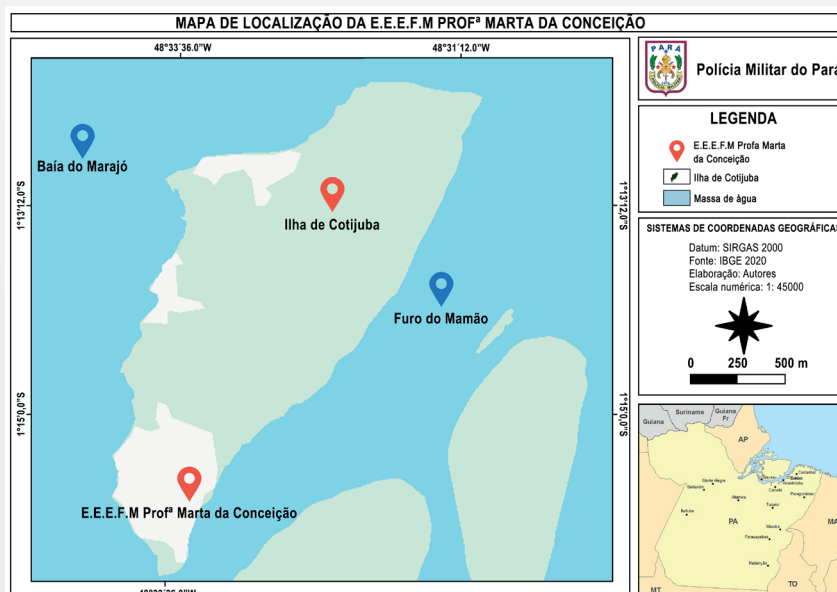
Por sua vez, Rosa e Arnoldi (2008) entendem que a entrevista semiestruturada possibilita a inclusão de roteiros anteriormente não previstos sempre que o diálogo com o entrevistado revela novas informações interessantes do ponto de vista da expansão do problema do objeto de estudo. Dessa maneira, por ser uma decisão metodológica flexível ou mesmo uma técnica de coleta de dados mais precisos, proporciona a obtenção de riqueza informativa intensiva, holística e contextualizada para o esclarecimento de uma variedade de problemas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ILHA DE COTIJUBA

O Município de Belém, Capital do Estado do Pará é composto por 42 ilhas que retratam a natureza do espaço presente nessa porção da Amazônia Legal. Destaca-se que Cotijuba corresponde à terceira maior ilha de dimensão territorial do Arquipélago Belenense, possuindo uma área de 16 km² e aproximadamente 10 mil habitantes (Nahum *et al.*, 2015; Borges, 2015), é circundada pela Baía do Marajó ao oeste, Baía de Santo Antônio ao norte e furo do Mamão ao leste e sul. Está localizada a 9 km de distância do distrito de Icoaraci, Belém/PA (Silva, 2021).

Figura 1: Mapa de localização da Escola de Ensino Fundamental e Médio Prof.^a Marta da Conceição.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Prof.^a Marta da Conceição está localizada na Rua Jarbas Passarinho, n°. 337, na Ilha de Cotijuba, com uma área de 10x100 m², desde sua inauguração em 1986.

A escola possui 491 alunos matriculados (Brasil, 2022) no ensinos fundamental e médio, além da Educação para Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial, que atende tanto os alunos da Ilha de Cotijuba quanto os oriundos de ilhas próximas, como: Urubuóca, Paquetá, Arapiranga, Nova, Longa e Jamací.

4.2 DIAGNÓSTICO SOCIAL DOS ALUNOS DA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROFESSORA MARTA DA CONCEIÇÃO

Para traçar um perfil da complexidade social inerente à criminalidade e violência em que os alunos da Escola estão sujeitos, foi aplicado um questionário contendo 25 perguntas objetivas com a possibilidade de justificar sua resposta, cujos resultados consubstanciaram as discussões contidas a seguir:

Do universo amostral de 191 alunos que responderam ao formulário, 129 apresentam faixa etária entre 15 a 18 anos. Esta constatação revela um público estudantil majoritariamente adolescente, em processo de formação, transformações sociais e individuais significativas, os quais precisam constantemente de acompanhamento dos pais, bem como de um ambiente escolar em condições de proporcionar a construção de uma racionalidade social que enxergue na qualificação profissional e na formação cidadã, as “ações” ideais para as suas conquistas pessoais.

Todavia, nem sempre se constrói uma racionalidade que percorra um padrão ideológico societário, sobretudo quando se analisa a composição social por classes. Os dados relacionados à renda salarial mostraram que 125 famílias de alunos vivem com até um salário mínimo, enquanto outras 55 famílias de alunos têm renda entre 1 e 2 salários mínimos, e 11 entre 3 e 5 salários mínimos.

A baixa condição econômica da maior parte dos entrevistados, aliados a outros fatores de cunho familiar, dos arranjos locais da criminalidade, do ponto de vista do assédio ou recrutamento desses adolescentes e jovens ao crime, constrói um outro tipo de racionalidade, a quem Santos (2020) discute através da psicosfera, ou seja, de enxergar no crime uma oportunidade mais fácil e interessante para satisfazer as suas vontades e desejos, criando, portanto, uma condição de vulnerabilidade social do território.

Dos questionamentos inerentes à criminalidade, 97 alunos reportaram sensação de insegurança nas adjacências da escola e 35 alunos afirmaram ter sido vítimas ou ter conhecimento de crimes cometidos às proximidades do ambiente escolar. Além disso, 116 alunos não foram vítimas, mas tomaram conhecimento de ocorrências criminais no ano de 2023, incluindo quatro casos de ameaça, 78 de furto/roubo e 24 de violência física.

Dados criminais coletados pelos autores na Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC/2024) corroboram com as informações repassadas pelos discentes, ao registrar na Ilha de Cotijuba, no período de 2022 a 2023, diversas tipologias de crimes, com destaque para 18 ocorrências de roubo, 51 de furto, 18 de tráficos de drogas e 30 homicídios.

Os principais problemas relatados pelos alunos enfrentados na escola ou nas proximidades do ambiente escolar são: Conflitos entre Alunos (39,27%), *Bullying* (38,2%), Drogas (16,75%), Roubo (16,2%), Furto (15,7%), Influência de Grupos Externos (5,2%) e Aliciamento de Estudantes (3,15%), conforme se observa na Tabela 1.

Tabela 1: Quantidade e Percentual dos principais problemas enfrentados na escola e/ou suas adjacências, segundo os alunos.

Problema	Quantidade	%
Conflitos entre alunos	75	29,18%
<i>Bullying</i>	73	28,40%
Drogas	32	12,45%
Roubo	31	12,06%
Furto	30	11,67%
Influência de grupos externos	10	3,89%
Aliciamento de estudantes	6	2,33%
Total de entrevistados	191	100,00%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Segundo a Sr.^a L.S.P.M (Diretora da E.E.E.F.M Prof.^a Marta da Conceição), em uma entrevista concedida no dia 28 de junho de 2024, esses atos e condutas criminosas ocorrem tanto no ambiente interno quanto externo ao prédio da escola e se torna um problema complexo que influencia diretamente no processo de ensino-aprendizagem, dada a sensação de insegurança e apreensão que todos os funcionários, professores e alunos vivenciam diante dessa realidade. Para a gestora, sempre que a direção tem conhecimento dessas ocorrências, tomam-se medidas administrativas, principalmente do ponto de vista de escutar todos os discentes envolvidos no fato. Os projetos dessa natureza são muito bem-vistos pela comunidade estudantil, pois inibe ações negativas que interferem no desenvolvimento intelectual de todos, assim como agrega esforços de outras instituições para a construção de uma sociedade melhor.

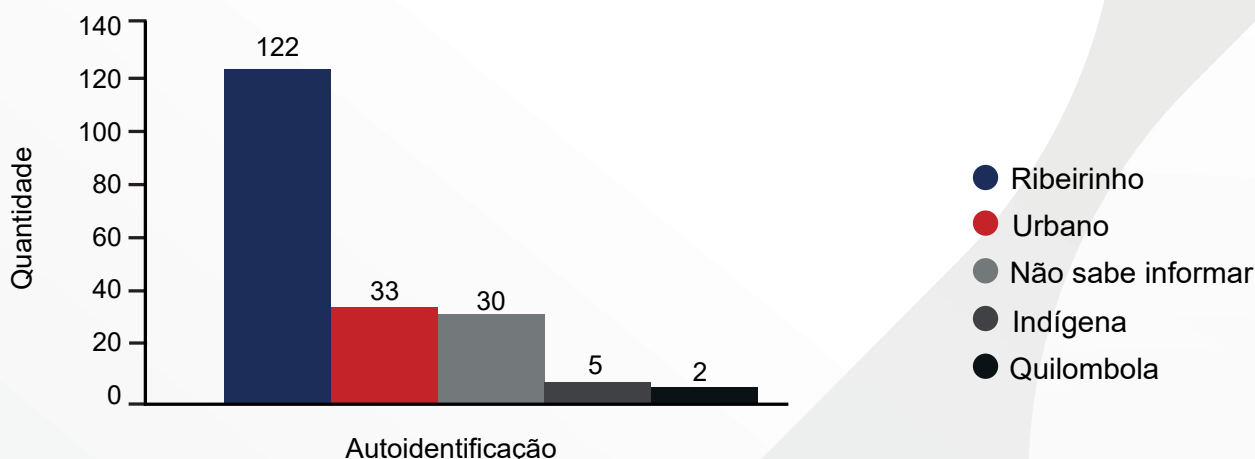
Diante do conhecimento das ocorrências, fazemos escuta ativa, colocamos em registros da escola e sempre que possível fazemos a escuta de todos os envolvidos. Temos dificuldades de acompanhar o desenvolvimento das ações de forma mais sistemáticas e constantes [...]. Desde o início, imaginamos que o Projeto ajuda muito com relação à situação da segurança escolar. Demonstraram domínio e total interesse em acabar com as práticas que vem sendo desenvolvidas através de orientações e palestras. Na verdade, apenas a presença física da BPOE, tem feito o fluxo positivo de amenizar, por exemplo, a quantidade de motos que ficavam em frente a escola nas horas mais críticas (L.S.P.M, Diretora da E.E.E.F.M Prof.^a Marta da Conceição).

A escola, neste contexto, se torna um microcosmo das dinâmicas sociais mais amplas da Ilha de Cotijuba, ou seja, reflete o espaço-território como um produto das ações humanas e suas interações sociais em constantes mudanças, onde o ambiente escolar absorve as tensões e os desafios da comunidade em sua totalidade.

Em meio a um contexto de vulnerabilidade social, emerge através das potencialidades da cultura ribeirinha, a resistência da territorialidade local face a tentativa moderna de homogeneização do espaço, da psicosfera aliada à criminalidade, a absorção de comportamentos e hábitos exógenos ao lugar.

Essa resistência do lugar é vista por Santos (2020) como uma dimensão do espaço, ao qual denomina de “espaço banal”, ou seja, como território que abriga, aquele que é de todos, cuja conexão profunda com os elementos identitários exprime à resistência às formas de dominação e insustentabilidade social. Nesses termos, os dados inerentes à identificação cultural dos alunos revelam que em sua maioria se autorreconhecem como população ribeirinha, como mostra a Figura 2.

Figura 2: Quantidade de declaração de autoidentificação cultural dos alunos da E.E.E.F.M Prof.^a Marta da Conceição.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Essa identidade cultural é extremamente importante para entender a dinâmica social da escola Professora Marta da Conceição, pois, conforme Santos (2020), a variedade de identificações culturais dos alunos não só reflete a heterogeneidade da comunidade da Ilha de Cotijuba, mas também influencia a maneira como interagem com o espaço escolar e entre si. Desenvolver essas potencialidades por meio de ações de sensibilização, torna-se um fator relevante que distancia a comunidade estudantil da criminalidade e de atitudes que violam e desrespeitam os direitos do cidadão.

Nesse sentido, os alunos ao serem questionados subjetivamente sobre possíveis realizações de palestras ministradas pelo Batalhão de Policiamento Escolar, sobre os modos de vida ribeirinha, sua cultura, identidade, sua relação com o meio ambiente e os riscos de serem assediados pela criminalidade, foram extremamente favoráveis a implementação do projeto na escola, dada a realidade vivenciada pela comunidade local e as potencialidades das ações proporcionarem resultados positivos em relação ao fortalecimento identitário e a mitigação da criminalidade.

Consubstancia essa sinalização positiva dos alunos, os dados inerentes ao questionamento da relação comunidade estudantil com a Polícia Militar, dos quais 166 entrevistados (87%) responderam que a relação é positiva e 25 alunos (13%) entenderam que a relação é negativa.

Por fim, o diagnóstico social destaca a escola como um núcleo ativo na construção identitária e relacional da Ilha de Cotijuba, a qual está inserida em um mosaico de diversidade cultural e desafios socioeconômicos. A ilha é tanto um reflexo quanto um modelador das dinâmicas comunitárias, o que é vital para formular estratégias de segurança escolar e intervenções educacionais adequadas às particularidades culturais e socioeconômicas da ilha.

4.3 PROPOSIÇÃO DO PROJETO “POLICIAMENTO ESCOLAR EM COMUNIDADE RIBEIRINHA”

Em conformidade com o suscito e importante diagnóstico sobre a violência e criminalidade, como também das questões culturais da comunidade estudantil da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Marta da Conceição e, considerando os compromissos institucionais da PMPA em prol de uma sociedade mais sustentável, almeja-se a implementação do projeto “Policiamento escolar em comunidade ribeirinha” para atender às necessidades específicas da escola.

O projeto objetivará atender as necessidades locais a partir da construção participativa das ações a serem desenvolvidas na escola e áreas adjacências. Nesse sentido, propõem-se quatro ações principais:

a) Plano de Segurança Escolar (PSE): objetiva realizar uma inspeção de segurança minuciosa pelo BPOE, em estreita participação da gestão escolar e estudantes. Durante esta inspeção, a equipe avaliará a infraestrutura física da escola e conduzirá entrevistas com diretores, professores, estudantes e demais funcionários da escola, com fins de elaborar o PSE que efetivamente atenderá as preocupações inerentes à segurança da escola e de todos. Esta etapa se torna importante, pois permite que as ações do Batalhão de Policiamento Escolar sejam precisamente alinhadas com as necessidades da escola, tendo como objetivo garantir que as respostas sejam assertivas, personalizadas e culturalmente sensíveis.

b) Ciclo de Palestras temáticas e PROERD: consiste na necessidade de dialogar com a comunidade estudantil, professores e responsáveis legais sobre temas complexos de áreas de conhecimento (Direitos Humanos, Violência Doméstica e Violência contra Crianças e Adolescentes), os quais foram identificados (Tabela 2) como de pouco conhecimento ou conhecimento mediano pelos entrevistados do questionário, e que por desconhecerem acabam tomando ou persistindo em condutas que geram casos de violência, seja no ambiente familiar com reflexos no comportamento dos alunos na escola ou mesmo no ambiente escolar. Soma-se a isto, as ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas que objetivará a sensibilização e o contínuo processo de racionalidade dos alunos sobre os riscos do uso de drogas e estratégias para evitar o envolvimento em atividades criminosas.

Tabela 2: Quantidade do Grau de conhecimento dos alunos da E.E.E.F.M Prof.^a Marta da Conceição a respeito dos temas.

Área de Conhecimento	Conhecedor	Conhecedor Médio	Pouco Conhecedor
Direitos Humanos	51	59	78
Violência Doméstica	108	41	41
Violência Infantil	109	44	37
Média	91	48	52

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

c) Ronda Escolar: consistirá no emprego do policiamento escolar motorizado de caráter ostensivo e preventivo, adaptando a dinâmica das operações Guardiões e Raio Escolar à realidade local, visando uma resposta policial proativa aos relatos de crimes como furtos e roubos nas adjacências da escola. Estas rondas, realizadas em horários estratégicos e locais identificados como pontos críticos, têm como objetivo reduzir a incidência de crimes na área de influência da escola, melhorando a sensação de segurança dos alunos e funcionários.

d) Capacitação de Educadores e Agentes de Portaria: tributária da ação primeira, esta consistirá nos procedimentos de segurança de acesso à escola, de orientações técnicas de evacuação em situações que envolva eventos críticos, identificação e abordagem adequada de visitantes e manejo adequado das situações de conflitos. Objetiva promover uma cultura de vigilância e responsabilidade compartilhada entre todos os envolvidos na comunidade escolar.

Desse modo, a implementação do projeto “Policiamento escolar em comunidade ribeirinha” na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Marta da Conceição, na Ilha de Cotijuba, torna-se relevante no contexto da educação na Amazônia Legal, em especial no Estado do Pará, não pelo fato de ser uma proposta inédita de policiamento escolar na região, mas, por ser uma iniciativa que busca de maneira interinstitucional e participativa desenvolver ações de segurança e atividades educativas que agrega valores, segurança, conhecimento e promova o engajamento de todos: Polícia, Escola e Comunidade, promovendo um ambiente de aprendizagem seguro e integrado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade do espaço no âmbito da psicosfera revela o quanto a sociedade é atingida e influenciada pelos vetores técnicos (objetos e ações) carregados de intencionalidades que acaba concebendo racionalidades negativas que atingem a larga medida o processo educacional, numa concepção de enxergar na criminalidade o meio mais fácil para satisfazer seus desejos capitalistas. Ao propor o projeto “Policiamento Escolar Ribeirinho” este estudo objetiva minimizar a vulnerabilidade da comunidade estudantil da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Marta da Conceição, na Ilha de Cotijuba.

A proposta desse projeto é uma resposta do Estado a essas complexidades sociais que assolam os ambientes escolares em múltiplas escalas, e que atingem também as comunidades ribeirinhas, tantas vezes ignoradas pelo poder público. Busca-se com a proposta do projeto instigar a reflexão sobre a necessidade de realizar um policiamento escolar adaptado às especificidades da comunidade escolar ribeirinha, não só abordando a realidade socioeconômica, cultural e de segurança da ilha, mas integrando as operações policiais especializadas, a conscientização sobre direitos humanos, violência e a valorização da cultura local.

Deste modo, as ações do Batalhão de Policiamento Escolar tomam posição de destaque quanto a sua relevância no enfrentamento à criminalidade escolar, sobretudo quanto à possibilidade de transcender as abordagens tradicionais de policiamento, incorporando atividades educativas e um envolvimento mais profundo com a comunidade, através do engajamento ativo dos estudantes, professores, pais e policiais.

A premente aceitação da comunidade estudantil para a implementação do projeto na escola, revela a necessidade e urgência que esses docentes, discentes e responsáveis legais têm em contar com alternativas de gestão no âmbito da educação, que seja capaz de minimizar a insegurança que atinge o ambiente escolar e áreas adjacências e reduzir os índices de vulnerabilidade desta comunidade, por meio da educação.

Isso possibilita expectativas do ponto de vista da otimização do processo de ensino-aprendizagem de maneira que os discentes se enxergam como protagonistas do processo de transformação e fortalecimento de uma racionalidade identitária, bem como desafia a própria Polícia Militar a sempre empregar ações técnicas que tenham como essência a garantia dos direitos sociais na construção de uma sociedade mais justa, oportuna e equitativa.

Portanto, a proposta de implementação do projeto não tem apenas o potencial de responder às necessidades imediatas de segurança, mas também de promover uma relação positiva e de longo prazo entre a comunidade escolar e a Polícia Militar, tendo em vista que se alinha com as teorias e práticas modernas de policiamento escolar, representando uma iniciativa significativa para a construção de um ambiente educacional seguro e propício ao aprendizado, ao mesmo tempo em que respeita e valoriza a cultura local.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam (Org.). **Violência nas escolas**. Brasília, DF: Unesco/Coordenação SDT/AIDS do Ministério da Saúde/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça/CNPq/Instituto Ayrton Senna/UNAIDS/Banco Mundial/USAID/Fundação Ford/CONSED/UNDIME, 2002.

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. A polícia em transição: o modelo profissional burocrático de policiamento e hipóteses sobre os limites da profissionalização das polícias brasileiras.

DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 4, n. 1, p. 65-96, jan./fev./mar. 2011.

BELÉM. Prefeitura Municipal. (2012). **Anuário estatístico de Belém**. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/transparencia/?page_id=1510>. Acesso em: 24 fev. 2024.

BENTO, Afonso de Castro. O programa Escola Segura: prevenção, proximidade e comunidade. Etnográfica. **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 21, n. 2, p. 319-339, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 24 fev. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2022**.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, [1996].

BRITO, Fábio Sergio Lima; PESSOA, F. C. L.; CRISPIM, D.; ROSÁRIO, K. K. L. Uso de indicador hídrico na Ilha de Cotijuba, município de Belém-PA. **Revista de Gestão de Água da América Latina**, v. 17, e11, 2020.

BORGES, A, D. **Diagnóstico da geodiversidade da Ilha de Cotijuba**: contribuições para a análise de implantação de infraestrutura e geoturismo. 2014, 98 f, Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

COSTA, Leon Denis. Policiamento escolar: o trabalho policial em Goiânia-GO. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 10, n. 1, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOSOTANI, Katsuya. **The QC problem solving approach**: solving workspace problems the japanese way. Tokio: 3A Corporation, 1992.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa População**. 1991.

LIMA, Mozart Santos. **Programa educacional de resistência às drogas - PROERD**. Salvador, 2013. Disponível em: <http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=173>. Acesso em: 20 fev. de 2024.

MIRA, Luciane Oliveira; PAULY, Evaldo Luis. As possibilidades de redução da violência escolar: Sistema de Registro de Situações de Violências nas Escolas de Canoas (RS). **Rev. bras. segur. Pública**, v. 9, n. 2, p.198-216, São Paulo, 2015.

NAHUM, Victória Judith Isaac *et al.* 2015. **Zoneamento econômico e ambiental das ilhas do entorno de Belém**. (Cartilha).

NAHUM, J. S. Elementos de uma teoria social do Espaço: convite ao pensamento de Milton Santos. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 46, n. 1/2. 2019.

PARÁ. Ato do Chefe do Estado-Maior Geral. Polícia Militar do Pará. **Manual de Ações Policiais Militares em Ambiente Escolar**. Publicado no Aditamento ao Boletim Geral Nº 147 II, de 09 de agosto de 2023.

PARÁ. **Decreto nº. 131, de 13 de março de 1991**. Cria organizações policiais militares na PMPA e dá outras providências, 1991.

PARÁ. **Lei Complementar nº. 165, de 28 de abril de 2023.** Altera a Lei Complementar Estadual nº. 053, de 7 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará (PMPA); altera a Lei Complementar Estadual nº. 142, de 16 de dezembro de 2021, que institui o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará; e cria e extingue cargos na estrutura da Polícia Militar do Pará (PMPA), 2023.

PEREIRA, Nabila Suely Souza. Metropolização e turismo: um estudo sobre a Ilha de Cotijuba, Belém–Pará. **Papers do NAEA**, v. 1, n. 3, 2019.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzales Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa:** mecanismos para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. Ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** Técnica e tempo, razão e emoção. 4. Ed. São Paulo: EDUSP, 2020.

SILVA, Elias Klelington Leocádio Rodrigues da. **Análises das paisagens da Ilha de Cotijuba:** através do mapeamento das unidades geoambientais, Belém/PA. 2021. 79 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.